

AS CONTRADIÇÕES DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E DA AGENDA AMBIENTAL NO SÉCULO XXI¹

Rafael Willian Senger

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

rafaelsenger357@hotmail.com

Gerson Junior Naibo

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

gersonjrnaibo@outlook.com

Eixo 07: Ciências Humanas

Resumo: A natureza tem retomado papel central em espaços de discussão global, em razão da crescente ação humana ante à exploração dos recursos naturais e seus diversos ecossistemas e componentes. As discussões em torno da natureza são diversas, referindo-se à mesma de formas distintas e incorporando-a em noções políticas e econômicas que, fundamentalmente, estão repletas de contradições. O Brasil, nas últimas décadas, tem se apresentado como sujeito protagonista deste debate, haja vista sua ampla e diversificada biodiversidade, sua vasta extensão de terras agricultáveis e a grande presença de água doce. Assim, dentro de uma perspectiva qualitativa e através de pesquisas teórico-bibliográficas, este trabalho buscou compreender as contradições, em especial, as diversas interpretações relacionadas à preservação e proteção ambiental no século XXI. Em síntese, sendo uma pesquisa que pretende lançar considerações iniciais a respeito do tema em questão, temos como resultados, de modo preliminar, as perspectivas de que as demandas alinhadas ao debate do desenvolvimento sustentável são palco de disputas e contradições, e que permeiam as dinâmicas geopolíticas globais, ocupando papel central em meio ao aumento da exploração de recursos naturais.

Palavras-chave: Ensaio teórico. Natureza. Desenvolvimento sustentável. Desigualdades.

Aspectos introdutórios e percursos da pesquisa

O presente século vem estabelecendo importantes mudanças e rupturas, aceleradas, acima de tudo, e que buscam congruir países de todo o mundo acerca de posicionamentos e ideologias partidas do centro ocidental do capitalismo. Uma das principais agendas se dá a partir da preservação ambiental e do já conhecido desenvolvimento sustentável. Este debate tem gerado inúmeras controvérsias, a grande maioria envolvendo preferências ideológicas (devidamente observadas as factuais dos dados científicos coletados), mas que, até certo ponto, não se diminuem em legitimidade. Há, porém, um conjunto de contradições que intrigam e que buscaremos abordar e discutir neste estudo que se configura como um ensaio

¹ A pesquisa em questão é fragmento do artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), curso de Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para aprovação no Componente Curricular Produção da Socionatureza, ministrada pelo Professor Dr. Reginaldo José de Souza.

teórico, contribuindo na análise da temática e propondo novos debates.

Para isso, enquanto percurso metodológico, através de uma análise teórico-bibliográfica e por meio de uma perspectiva qualitativa, evidenciamos algumas contradições do discurso da sustentabilidade e da agenda ambiental no século XXI, bem como discutimos e tecemos breves considerações a respeito das interpretações acerca da natureza enquanto objeto do desenvolvimento econômico global, buscando explorar as contradições inerentes ao discurso, especialmente num período de reestruturação das cadeias produtivas globais, nas quais os países emergentes têm se apresentado com maior protagonismo industrial. A natureza é entendida, aqui, para além da sua forma tradicional como nutridora de recursos, sendo também um instrumento político coercitivo, uma ferramenta que visa o predomínio global por parte dos países desenvolvidos.

Breves resultados e discussões acerca do tema sustentabilidade e da agenda ambiental: as contradições do discurso no século XXI

Há, evidentemente, uma racionalidade inegável quanto às mudanças climáticas que o planeta sofreu. Porém, desconsiderar intencionalmente um conjunto de dados que de forma objetiva e material creditaram a espécie humana como agente intensificador e responsável por grande parte desse processo e, mais do que isso, se ofuscava e/ou desconsiderava a diversidade e desigualdade da vida na terra (Giannella, 2009). No contexto presente, especialmente na esfera econômica, temos percebido rupturas na hegemonia global, em que países do eixo Sul têm ressurgido como potências industriais, impondo novas normativas no relacionamento entre países de todo o mundo, criando um outro modelo de acumulação na economia em geral, marcado pelo surgimento de um novo bloco de poder global. Rapidamente, países do capitalismo central como os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia (UE), passaram a questionar o modelo de exploração de recursos naturais, especialmente das principais potências econômicas do mundo emergente (China, Índia, Brasil, México, entre outros) e impor limites e agendas ambientais a serem seguidas. Percebe-se que, desconsiderando ou não a relevância do debate, ele é extrapolado pelas intencionalidades políticas e econômicas atuais. Na verdade, o fato é que ele só existe devido a isso.

Evidente que não podemos afirmar que o debate acontece de forma dualista, numa espécie de briga de duas partes. Mas há indícios dos quais se permite um nível maior de abstração e que merecem ser destacados. O centro do capitalismo somente incorporou o

debate acerca da preservação ambiental após amadurecer seus processos internos de industrialização e desenvolvimento econômico, e agora se utiliza de instituições internacionais para interferir em processos de desenvolvimento econômico em países periféricos, com a necessidade de se frear a exploração da/natureza/recurso tendo em vista suas catastróficas consequências — processos dos quais sempre tirou proveito. Há uma canalização sobre as responsabilidades, especialmente por parte de países da UE, que surgem como grandes pioneiros do movimento global em defesa do meio ambiente, ignorando o fato de que sua formação econômico-social atual é resultado da exploração de recursos dos mais diversos territórios globais, durante séculos de colonialismo e imperialismo.

Interessante destacar as causas da questão ambiental segundo os ‘ideólogos do capital’, que se situa não no modo como a sociedade capitalista se produz e reproduz, mas na forma desordenada de crescimento populacional e ocupação humana, tendo, portanto, consequências exógenas à lógica do capital. Com este argumento verifica-se uma total ausência de responsabilidade de países de industrialização avançada, pois a taxa de natalidade nestes países é baixa se comparada à de países com industrialização tardia, culpabilizando, assim, os países pobres pela desigualdade social e pobreza geradas (Silva, 2010, p. 169).

Seguindo essas orientações, afinal, elas estão presentes nas relações exteriores em todos os níveis da diplomacia, os países emergentes enfrentam forte pressão ante à exploração dos seus recursos, a título de preservação de “imperdíveis” recursos naturais globais. Neste ponto, reside parte do problema da reindustrialização do Brasil, tendo em vista sua deslegitimação externa². Essa é uma das primeiras e mais implícitas contradições, a respeito da abordagem política da pauta ambiental/sustentável, que expõe as mazelas do capitalismo e suas hegemonias de forma evidente. Percebe-se que a natureza — extrapolada em sua ontologia — passa a ser entendida como propulsora e orientadora das relações entre países, seja por interesses geopolíticos e econômicos ou pela necessidade de autoafirmação do ser humano como protetor e agente da preservação. Aqui, podemos, inclusive, problematizar o conceito de sustentabilidade, apresentando sua relação com os dogmas dominantes.

[...] é dentro da lógica positivista e fragmentária que emerge o conceito da sustentabilidade. Ela vem acompanhada de uma definição do meio ambiente que seria equivalente ao meio natural. Logo, é necessário preservar o meio ambiente, dizem, e essa premissa faz com que direcionemos nossas práticas desconsiderando aspectos culturais que são a base da relação do homem com seu entorno. O dualismo sociedade/natureza vai de encontro aos interesses do poder dominante global, já que cria-se um consenso através do discurso que afirma que os problemas ambientais são resolvidos por soluções tecnológicas, que por sua vez são desenvolvidas pelos países hegemônicos e exportadas para os países do pólo dominado (Giannella, 2009, n.p).

² Vale destacar que os dilemas da indústria nacional são, em primeira instância, resultado de uma crise política, em que a reindustrialização não se apresenta como tema central e carece de projetos.

Além disso, o termo sustentabilidade, da forma como foi proposto e repassado em cartilha aos países emergentes, passou a ser incorporado pela noção de desenvolvimento sustentável e apenas reproduz um grande conjunto de ferramentas e formas de governança e de acumulação de capital típico do capitalismo contemporâneo. Essa contradição, contudo, não pode mascarar o bojo de consequências que daí partem, pois esse não é um tema engessado e sua abstração compete à relativização das materialidades hoje postas. Evidente que o modo de vida das comunidades indígenas e de pequenos agricultores/camponeses não implica em graves problemas ambientais, muito menos potencializando eventos climáticos. No entanto, é inegável que a ação em larga escala da exploração da natureza, vinculada à agricultura, à pecuária e à indústria extrativa (entre outros setores produtivos), têm contribuído para a ampliação de diversos danos ambientais. A situação, nesse caso, se resume a um *vis a vis*: as arbitrariedades do discurso e o não dano ambiental direto por parte de uns, coloca os mesmos na linha frontal do empecilho, pois esse problema, necessariamente, compromete sua existência. Adentrar e contrapor a estruturação de políticas ambientais que se apropriem dos recursos de forma irresponsável e mal planejada é uma necessidade material para muitos, independente do grau de responsabilidade que cada classe e sujeito possui.

Os comportamentos coletivos que circundam globalmente o debate ambiental são, como apresentado, repletos de disputas e desacordos. Imaginar que as compreensões a respeito da natureza — enquanto sua ontologia — não devessem ser incorporadas pelo medo, pelo sentimento coletivo da superioridade humana, pela intensa exploração, pelo contínuo entendimento dela como recurso ou mesmo como bem passivo de nossa proteção e preservação, seria o mesmo que negar as condições materiais hoje analisadas por idealismos deliberados em determinados casos — assim como ocorre com parte do debate acerca do desenvolvimento sustentável (Silva, 2014).

O consumo e as relações com a natureza ocorrem de formas distintas nos diferentes lugares e territórios globais. O cessar ou diminuição da intensidade da exploração, certamente não implica na distribuição das riquezas globais, mas pode impedir — dependendo de sua intencionalidade — o desenvolvimento industrial/econômico de toda uma civilização. Ou seja, pode ser um importante instrumento político e econômico. No Brasil, por exemplo, sempre que é proposta uma nova atividade vinculada ao aumento da exploração de um determinado recurso, todo um conjunto de instituições, órgãos nacionais e internacionais

esbravejam ferozmente³. Mas há um problema central: a exploração massiva não está aparando as arestas da desigualdade do país.

Queremos ponderar aqui que, apesar do discurso ambiental ser evasivo e cercado por contradições, a atual exploração dos recursos naturais e a limitada complexa relação com a natureza apenas tem reproduzido as estruturas de poder existentes. Portanto, discutir sobre preservação ambiental não irá impossibilitar que a fome, por exemplo, deixe de ser um problema central, porque a exploração e a acumulação desigual dos recursos é justamente o que potencializa e preserva tal realidade. O desafio deve ser propor uma nova noção a respeito do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade.

Afinal, a escassez do meio físico — ar, água e solo — que se origina a partir da apropriação da natureza como mercadoria/recurso, que é dotada de valor econômico, impõe desafios a respeito da capacidade de suporte dos ecossistemas frente às exigências e demandas contemporâneas dos espaços urbanos e das dinâmicas econômicas do capitalismo, o que pode também ampliar ou reduzir a pobreza e a desigualdade social (Araújo, 2009). A natureza, de acordo com essas considerações, se vê diluída em sua concepção política e econômica, porque de antemão ela promove a vida, impõe as exigências materiais de sobrevivência e dispõe as condições e recursos necessários à reprodução da história dos lugares. Numa sociedade em que nossa capacidade de abstração é marcada por complexas redes informacionais, culturais, políticas e econômicas, há de se perceber que o entendimento coletivo a respeito da natureza, supérfluo ou não, se dá a partir de concepções utilitaristas. O ser humano se apropria dela, como se apropria de todo um conjunto de elementos, agentes, indivíduos e seres, quase sempre de forma desigual.

Considerações finais

Os debates ambientais junto aos debates sociais/políticos/econômicos não se anulam pela deslegitimidade de seus pioneiros (que ainda são hegemônicos), mas podem se complementar na construção de novos ideais, novas possibilidades de entendimento da natureza. Nossa capacidade intelectual, inevitavelmente, nos leva a pensar e fazer a natureza; assim, nos cabe discutir e construir novas normativas morais e outros paradigmas devidamente balanceados e responsabilizados, repensando as noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Isso passa, sobretudo, pela difusão ideológica de quem controla

³ Especialmente em fóruns internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, ou o Greenpeace, entre outras.

o aparelho estatal e suas instituições.

Em suma, o presente trabalho se propôs a apresentar, de forma breve e objetiva, narrativas acerca da utilização e apropriação dos recursos naturais na contemporaneidade, fazendo uso da natureza como instrumento político e econômico central na relação entre países desenvolvidos e emergentes, quando envolta pelo discurso do desenvolvimento sustentável. Contudo, ressaltamos que a natureza é complexa, mas a política e a economia extrapolaram os limites ao tentar inseri-la em um cenário global e globalizante. Salientamos, deste modo, que este estudo não se finda aqui. Faz-se necessária uma investigação mais ampla a respeito do tema de maneira geral; além de investigar as reais consequências ambientais do crescimento econômico em países emergentes, analisando de que forma suas políticas internas se responsabilizam com o tema.

Agradecimentos

Agradecemos o financiamento desta pesquisa através do Programa de Demanda Social (DS) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Programa UNIEDU/FUMDES Pós-Graduação do Governo do Estado de Santa Catarina.

Referências

ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de. **Contradições e possibilidades da regulação ambiental no espaço urbano**. 2009. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-7S9JF7>. Acesso em 20 ago. 2023.

GIANNELLA, Leticia. O discurso da sustentabilidade: contradições e intencionalidades. **Para Onde?!**, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/22089>. Acesso em 24 ago. 2023.

SILVA, Maria das Graças. **A (in)sustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Pollyana Luz Macedo da. Desenvolvimento sustentável e suas contradições. **Revista Internacional de Ciências**, v. 4, n. 2, p. 107-119, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/12593>. Acesso em: 28 ago. 2023.